

8

Considerações provisórias

O caminho percorrido nessa investigação, através da análise do material empírico e o diálogo com a literatura da área, oferece uma gama de possibilidades de interpretação do universo pesquisado em toda sua complexidade. Esses dados se misturam com minha trajetória pessoal e profissional, resultando em uma interpretação, que, certamente, não é a única possível, e sim uma dessas possibilidades, que poderá, ser repensada, da perspectiva de que resultado de pesquisa é sempre algo provisório, a ser retomado e aprimorado.

A relação do percentual dos conteúdos previstos e desenvolvidos nas duas escolas já é indício de dificuldade de funcionamento, principalmente, da Escola B.

O fato de essa escola estar localizada dentro uma área favelizada nos parece ser fundamental para uma análise das diferenças entre elas. Embora fazendo parte da mesma administração municipal, a Escola B fica “esquecida” pela administração local enquanto a Escola A, na mesma área mas fora da favela, tem encontrado condições inteiramente satisfatórios o desenvolvimento de seu trabalho. O preconceito contra a favela e seus moradores poderia estar gerando esse “esquecimento” (Pearlman, 1977). Na medida em que o Estado não atende eficazmente os direitos básicos da população, abre espaço para o surgimento de outros problemas que vão gerar necessidades de novas políticas, muitas vezes de caráter compensatório, para suprir os direitos básicos dos cidadãos nas áreas de saúde, segurança, cultura, lazer, educação, dentre outras. O que justificaria, por exemplo, no caso estudado, a demora para a exoneração da diretora da Escola B que já mostrara indícios de mau serviço prestados à população escolar?

A morosidade na resolução dessa situação revela a pouca atenção do Estado aos serviços oferecidos em territórios mais empobrecidos, o que favorece a instauração de novos estigmas e preconceitos sobre sua população e de proposição novas políticas públicas, como por exemplo, o *Projeto Escolas do Amanhã*. Este projeto pressupõe mais recursos, mais atividades didático-pedagógicas, premiação para os profissionais das escolas, parcerias com instituições externas, indicando o

descrédito da própria SME, nas condições de funcionamento da escola pública. Projetos como esse determinam a alocação de verbas sem considerar as condições reais de funcionamento dessas escolas e acabam por aumentar as desigualdades educacionais já existentes.

Considerando a relevância do papel da direção da escola (Nóvoa, 1995) para efetividade do trabalho escolar, fica evidente a necessidade de um maior monitoramento por parte das CREs da gestão das escolas, não apenas no sentido de controle (o que acredito ser necessário também) mas de acompanhamento e supervisão.

Deveria ser preocupação da SME, as condições de trabalho nas escolas e a própria formação desse gestor não apenas nos aspectos mais técnicos, mas da dimensão política que um desempenho comprometido dessa função exige. O excessivo foco nas questões burocráticas torna o diretor da escola sobrecarregado de tarefas administrativas-burocráticas e sem espaço para promover a reflexão com suas equipes de professores sobre a ação educacional da escola.

Embora o ano de 2011 não esteja previsto nessa investigação, foi inevitável uma aproximação com a Escola B no sentido de ter notícias de como tudo estava se encaminhando e, a partir de conversa com a nova equipe de direção (diretora e coordenadora pedagógica), percebi uma mudança, pelo menos, nos ânimos. A escola está tentando se reestruturar, a SME tem um outro olhar para ela, inclusive, com a contratação de novos professores.

Expectativas distintas dos professores das duas escolas investigadas em relação aos alunos também foram observadas nesse estudo. Professores da Escola A, parecem ter uma visão mais otimista das possibilidades de seus alunos do que professores da Escola B. As representações sociais de que moradores de favelas têm baixo capital cultural, famílias pouco mobilizadas, que o contexto de violência pode gerar sujeitos de difícil convivência social e com comportamento inadequado ao espaço escolar, interferem na relação professor-aluno, criando tensões e comprometendo o processo educativo. Porém, observamos que na Escola A, que também recebe alunos de áreas de favela, os professores conseguem construir uma outra relação com seus alunos, não descartando os elementos citados acima, mas criando possibilidades de maior aproveitamento do processo de aprendizagem desses alunos.

Apesar de todas as críticas que possam ser feitas em relação às ações propostas pela SME, percebem-se ações políticas visando alternativas para o enfrentamento da falta de qualidade do ensino oferecido na cidade do Rio de Janeiro, nos últimos anos, mensurada pelos indicadores nacionais. No entanto, a análise dessas políticas vai requerer estudos mais aprofundados para avaliação do impacto real dessas ações. Por ora, fica apenas a impressão de que muitas dessas ações não estão sendo “implementadas” de fato, ficando só no papel e na lista de ações da SME, por não considerar, no momento de sua elaboração, o contexto das escolas onde serão desenvolvidas e mais que isso, não contar com a participação dos profissionais nessa construção e nem com a adesão voluntária das equipes das escolas.

Embora seja notório os esforços das várias instâncias do poder para a garantia de ensino de qualidade, nesse trabalho percebido por ações da SME e do MEC, ainda temos que percorrer um longo caminho para alcançar, de fato, a democratização de acesso ao ensino para todos.

Ampliando o olhar para o contexto nacional, em 2008 havia oito milhões de brasileiros, crianças e jovens entre 4 e 17 anos, fora da escola, dos quais, cerca da metade nunca a frequentou (Gonçalves, 2010). Para além de garantir o acesso ao ensino, temos que buscar caminhos para garantir o acesso ao conhecimento, proporcionado por um ensino de qualidade, incluindo no sistema educacional todos os grupos populacionais, garantindo igualdade de oportunidades de entrada e permanência para aqueles que vivem em áreas rurais de difícil acesso, indígenas, portadores de necessidades educacionais especiais, população carcerária, dentre outros.

A escolha de uma escola dentro da Maré para essa pesquisa foi pautada no desejo de trazer para discussão situações que estava bastante acostumada a ver em escolas do bairro. O estudo comparativo entre uma escola dentro da Maré e outra fora, foi bastante positivo, já que me deu a oportunidade de ter contato com a realidade de outra instituição com melhores resultados, na mesma rede de ensino, desconstruindo a imagem generalizadora de inoperância das escolas públicas. Por outro lado, reforçou a idéia de como o estigma de miséria e violência dos espaços da favela interfere, sobremaneira, na atuação das instituições do Estado nesses espaços.